



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

3º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS 2023

CADERNO DE PROVA

GRADUAÇÃO EM DIREITO

INSTRUÇÕES

- 1) Confira este Caderno de Prova. Ele é FRENTE E VERSO das páginas e deverá conter **30 (trinta)** questões de conhecimentos específicos e **1 (uma)** questão discursiva.
- 2) A prova terá duração de **3 (três)** horas, improrrogáveis.
- 3) A interpretação das questões é de responsabilidade do candidato.
- 4) Não será permitida nenhuma espécie de consulta, sob pena de desclassificação.
- 5) Responda às questões objetivas e discursiva nas folhas de respostas que serão entregues em separado.
- 6) As folhas de respostas serão os únicos documentos válidos para a correção, sendo o seu preenchimento de inteira responsabilidade do candidato.
- 7) Não rasure as folhas de respostas, as quais deverão conter somente o número de inscrição do candidato, sendo vedada a sua identificação nominal ou por meio de sinais, sob pena de desclassificação do candidato.
- 8) **Em nenhuma hipótese haverá substituição das folhas de respostas: por motivo de erro do candidato, marcação rasurada ou emendada.**
- 9) Este Caderno de Prova deverá ser devolvido junto com as folhas de respostas ao final da prova.

Boa Sorte!!!



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Conhecimentos Específicos

Prova Objetiva de Direito

1. [Direito Constitucional] É competência concorrente das entidades federativas, **EXCETO**:

- a) legislar sobre direito tributário.
- b) fazer leis sobre o meio ambiente.
- c) prestar serviços de saúde.
- d) direito econômico.

2. [Direito Constitucional] Sobre as origens e desenvolvimento do constitucionalismo moderno, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) a teoria da separação de poderes de Montesquieu e a doutrina dos direitos naturais de Locke e Rousseau dentre outros inspiraram as origens do constitucionalismo inglês e francês.
- b) o humanismo individualista, o racionalismo e a secularização são traços que caracterizaram a mundividência dos revolucionários modernos.
- c) a proclamação formal da igualdade não impediu o reconhecimento jurídico do instituto da escravidão.
- d) os direitos de defesa foram reconhecidos nas declarações de direito.

3. [Direito Constitucional] Sobre o federalismo brasileiro, é **INCORRETO** dizer que:

- a) foi reconhecido na Constituição de 1891 de modo descentralizado.
- b) é atualmente do tipo centrífugo com forte inspiração municipalista.
- c) reconhece poderes privativos e exclusivos à União.
- d) pode ser classificado como cooperativo.

4. [Direito Constitucional] Uma das assertivas abaixo está **INCORRETA**. Identifique-a:

- a) o brasileiro naturalizado pode ser Deputado Federal.
- b) o aposentado filiado pode votar, mas não ser votado nas organizações sindicais.
- c) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.
- d) o habeas corpus protege o chamado direito ambulatorial.

5. [Direito Constitucional] É **INCORRETO** afirmar que:

- a) o legislador pode estabelecer qualificações para exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão.
- b) a liberdade de reunião é garantida em locais abertos ao público, desde que seja realizada pacificamente, sem armas e não frute outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- c) é assegurado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- d) as entidades associativas podem representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, quando expressamente autorizadas.

6. [Direito do Consumidor] Segundo o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, a Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os princípios



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

que são elencados em seu art. 4º. Todavia, **NÃO** se inclui dentre os princípios que regem a Política Nacional das Relações de Consumo:

- a) o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.
- b) educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo.
- c) a repressão deficiente de todos os abusos praticados no mercado de consumo, inclusive a concorrência desleal e utilização indevida de inventos e criações industriais das marcas e nomes comerciais e signos distintivos, que possam causar prejuízos aos consumidores.
- d) prevenção e tratamento do superendividamento como forma de evitar a exclusão social do consumidor.

7. [Direito Civil] Sobre a capacidade civil, é correto afirmar que:

- a) a Lei Brasileira de Inclusão promoveu consideráveis alterações quanto à capacidade civil da pessoa com deficiência.
- b) os indígenas são sempre considerados absolutamente incapazes.
- c) a capacidade civil da mulher casada é mitigada.
- d) a capacidade civil absoluta é alcançada apenas quando completados vinte e um anos de idade.

8. [Direito Civil] Quanto à extinção ou adimplemento das obrigações, é **INCORRETO** afirmar:

- a) o credor pode consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida.
- b) o credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa.

c) qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor.

d) o devedor que paga tem direito a quitação regular, mas não pode reter o pagamento enquanto aquela até que ela lhe seja dada.

9. [Direito Civil] Sobre a posse é **INCORRETO** afirmar:

- a) considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.
- b) considera-se detentor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- c) é justa a posse que não for violenta, clandestina ou precária
- d) o possuidor de boa-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa à qual tenha dado causa.

10. [Direito Civil] Sobre a responsabilidade civil **NÃO** é correto afirmar:

- a) a indenização mede-se pela extensão do dano.
- b) aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.
- c) a responsabilidade civil é independente da criminal, sendo possível questionar sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, mesmo quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- d) os pais são responsáveis pela reparação civil dos atos ilícitos imputáveis aos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.

11. [Direito Processual Civil] Sobre o vício da parcialidade do juiz da causa no processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) as partes e o próprio juiz da causa podem arguir a parcialidade por via dos incidentes de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

exceção de impedimento ou de suspeição, conforme o caso, no prazo de 05 dias a partir da ciência do fato que gerou a parcialidade, sob pena de preclusão.

b) as partes e o próprio juiz da causa podem arguir a parcialidade por via dos incidentes de exceção de impedimento ou de suspeição, conforme o caso, no prazo de 15 dias a partir da ciência do fato que gerou a parcialidade, sob pena de preclusão.

c) não tendo sido arguida a parcialidade no prazo previsto no Código de Processo Civil, com o trânsito em julgado da sentença que tenha decidido o mérito da demanda, o vício da parcialidade, quer seja em razão de causa de impedimento ou de suspeição, convalida-se, de modo a não se poder mais manejar nenhum instrumento processual com o objetivo de invalidar a sentença.

d) o juiz da causa pode declarar-se suspeito e, dessa forma, afastar-se da presidência do processo, ainda que após transcorrido o prazo estabelecido no Código de Processo Civil para interposição do incidente de exceção de suspeição.

12. [Direito Processual Civil] Em uma audiência de instrução e julgamento, tendo o réu arrolado 03 (três) testemunhas para serem inquiridas, o juiz da causa promoveu a inquirição de 02 (duas) delas, após o que decidiu por dispensar a terceira testemunha, ao fundamento de que ele próprio “já estaria em condição de decidir a demanda... já tinha firmado o seu convencimento” e, por essa razão, não seria necessário ouvir terceira testemunha. Em face do exposto, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) na condição de presidente do processo, deve o juiz zelar pela racionalidade e celeridade dos atos processuais, inclusive com indeferimento de diligências dispensáveis ou protelatórias.

b) no caso exposto, a decisão do juiz da causa gera nulidade do processo, porque fere o

princípio do contraditório, na medida em que mitiga ou suprime a possibilidade de a parte influenciar no convencimento do juízo.

c) seria correta a decisão do juízo se, tendo indagado ao advogado da parte sobre que fatos a terceira testemunha iria depor, com a resposta do causídico o juiz tivesse constatado que os fatos são estranhos à causa de pedir e aos fundamentos da defesa.

d) a parte dispõe da prerrogativa de arrolar até 10 testemunhas no total, sendo o máximo de 03 testemunhas para cada fato. Portanto, em hipótese alguma o juiz poderia indeferir a inquirição da terceira testemunha. A decisão reportada no enunciado é causa de nulidade.

13. [Direito Processual Civil] Ao proferir despacho inicial nos autos de uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal contra a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), Consórcio ABC (empresas privadas consorciadas para a construção de usina hidrelétrica) e a União Federal, o juiz da causa constatou que, no conjunto dos cinco pedidos formulados pelo autor, três pedidos se dirigiam contra a CEMIG e os outros dois pedidos se dirigiam contra o consórcio ABC. Nesse caso deve o juiz:

a) promover a intimação do autor da ação para que, no prazo de 15 dias, emende ou complete a petição inicial, de modo a torná-la apta ao processamento da demanda.

b) proferir de imediato despacho a designar audiência de conciliação.

c) proferir de imediato decisão a designar audiência de instrução e julgamento.

d) proferir de imediato decisão a excluir a União Federal do processo, ao fundamento de inépcia da petição inicial relativamente a ela.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

14. [Direito Processual Civil] Tendo se tornado revel, em razão do não oferecimento de resposta no prazo legal, o réu não poderá, em hipótese alguma:

- a) ingressar no processo em momento algum.
- b) protestar pela produção de provas.
- c) arguir a incompetência relativa do Juízo.
- d) oferecer exceção de suspensão do Juízo.

15. [Direito Processual Civil] Com relação à ação de Mandado de Segurança:

- a) a ausência de intimação do órgão do Ministério Público, para o fim de oportunizar a intervenção deste nos autos, é sempre causa de nulidade insanável.
- b) o oferecimento de manifestação opinativa do Ministério Público é, em qualquer hipótese, obrigatório, sob pena de nulidade do processo.
- c) não tendo sido promovida pelo Juízo a intimação do Parquet para intervir nos autos em primeira instância, não se deve decretar a nulidade do processo se, na segunda instância, o órgão do Ministério Público interveio e, na sua manifestação, apontou a regularidade da tramitação do processo e a ausência de interesse que poderia instar a sua obrigatória manifestação opinativa na condição de fiscal da lei.
- d) admite-se mandado de segurança contra ato de autoridade em relação ao qual caiba, ainda, na esfera administrativa, recurso receável com efeito suspensivo.

16. [Direito Penal] Assinale a alternativa verdadeira:

- a) as medidas provisórias, por terem força de lei, podem definir crimes e cominar penas.
- b) eventuais lacunas na norma penal incriminadora podem ser integradas mediante o emprego da analogia.
- c) o valor pago a título de pena de prestação pecuniária pode ser destinado à vítima do delito.

d) não se aplica a lei penal brasileira a fato ocorrido em embarcação brasileira, de propriedade privada, que se encontre em alto-mar.

17. [Direito Penal] Assinale a alternativa verdadeira:

- a) Cesare Lombroso, autor de “O Homem Delinquente” (1876), foi representante da Escola Penal Positiva italiana, que considerava que a criminalidade derivava de fatores biológicos.
- b) conforme a Teoria Naturalista ou Causal, concebida por Franz von Liszt, dolo e culpa pertencem ao tipo.
- c) em relação ao concurso de agentes, o Código Penal brasileiro, em seu art. 29, caput, adota a teoria dualista, considerando 2 crimes, um cometido pelo autor, outro pelo partícipe.
- d) o ordenamento jurídico brasileiro não prevê a responsabilidade penal da pessoa jurídica.

18. [Direito Penal] Assinale a alternativa verdadeira:

- a) dá-se o crime permanente quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro.
- b) a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr do dia em que praticada a ação delituosa.
- c) nas infrações penais previstas na Lei nº 9.605/1998, que dispõe sobre os crimes contra o meio ambiente, a ação penal é pública condicionada.
- d) extingue-se a punibilidade dos crimes contra a ordem tributária quando a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos dos tributos, inclusive acessórios.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

19. [Direito Penal] Assinale a alternativa verdadeira:

- a) não age em legítima defesa aquele que, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito de outrem.
- b) para a configuração do fato típico, basta o nexó naturalístico entre conduta e resultado.
- c) o delito tentado é hipótese de adequação típica mediata, com base no art. 14, II, do Código Penal.
- d) o objeto jurídico do crime de moeda falsa é a pessoa vítima do delito.

20. [Direito Penal] Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) conforme a teoria do caráter indiciário da ilicitude, todo fato típico também será ilícito, a não ser que esteja presente alguma causa de exclusão da ilicitude.
- b) o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo e a culpa.
- c) conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o princípio da insignificância exclui a tipicidade penal, sob a perspectiva de seu caráter material.
- d) a sujeição a tratamento ambulatorial é uma das hipóteses de medida de segurança.

21. [Direito Processual Penal] Com relação ao acordo de não persecução penal (ANPP), assinale a opção correta:

- a) é dispensável a intimação da vítima quando da homologação do ANPP.
- b) não se admite a recusa de homologação do ANPP pelo juiz.
- c) é possível a celebração de ANPP nos casos de crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar.
- d) para aferição da pena mínima cominada ao delito a que se referir o ANPP, serão

consideradas as causas de aumento e de diminuição aplicáveis ao caso concreto.

22. [Direito Processual Penal] Sobre os recursos previstos no Código de Processo Penal, analise as alternativas abaixo:

- I. Cabe apelação da decisão que não receber a denúncia ou queixa.
- II. Cabe apelação das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular.
- III. Cabe recurso em sentido estrito da decisão que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade.

Está **INCORRETO** o que se afirma:

- a) somente no item I.
- b) somente no item II.
- c) somente nos itens I e III.
- d) em todos os itens.

23. [Direito Processual Penal] No tocante à competência, de acordo com o Código de Processo Penal, a doutrina e a jurisprudência dominantes, é correto afirmar:

- a) haverá unidade de processo e julgamento quando houver conexão entre crimes de competência da jurisdição comum e da Justiça militar.
- b) será competente o juízo estadual para o crime de lavagem de dinheiro, ainda que o crime antecedente seja da competência da Justiça federal.
- c) haverá unidade de processo e julgamento na Justiça Federal quando houver conexão entre crimes de competência da jurisdição comum federal e de contravenção penal.
- d) em regra, o foro por prerrogativa de função aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

24. [Direito Processual Penal] A respeito dos direitos e garantias fundamentais previstos no art. 5º da Constituição Federal de 1988, aplicáveis ao processo penal, é correto afirmar:

- a) o direito ao silêncio aplica-se ao preso, ao investigado e ao acusado, em geral, e estende-se às informações relacionadas à sua qualificação.
- b) a presunção de inocência, com todas as suas implicações em prol do investigado, aplica-se à fase judicial, mas não à investigatória.
- c) será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se o Ministério Público promover o arquivamento da investigação.
- d) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

25. [Direito Processual Penal] A respeito da investigação criminal e do inquérito policial, é correto afirmar que:

- a) na Justiça Federal, o prazo para conclusão do inquérito policial será de quarenta e cinco dias, improrrogáveis, quando o investigado estiver preso.
- b) o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que somente se admite o reconhecimento de pessoas quando realizado com observância das formalidades de que trata o art. 226, CPP.
- c) uma vez arquivado o inquérito policial, não pode a ação penal ser iniciada, ainda que surjam novas provas.
- d) o inquérito policial sempre acompanhará a denúncia ou queixa, sendo indispensável para o início da ação penal.

26. [Direito Administrativo] Sobre a responsabilidade civil do Estado, considerando o entendimento do STJ, é correto afirmar:

- a) a teoria do risco administrativo não admite excludentes de responsabilidade.
- b) a responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária.
- c) mesmo quando comprovada a culpa exclusiva da vítima, o Estado responde pelos danos causados em razão de omissão na prestação de serviços públicos.
- d) são prescritíveis as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.

27. [Direito Administrativo] Marque a alternativa correta:

- a) a vedação ao nepotismo é inaplicável quando se tratar de nomeação de agentes para o exercício de cargos políticos.
- b) não há diferença principiológica entre tutela e autotutela.
- c) o princípio da legalidade é sinônimo de reserva legal, ou seja, exigência da aplicação de determinada espécie normativa a uma atuação definida no texto constitucional.
- d) como desdobramento do regime de transparência inerente ao Estado Democrático de Direito, não se admitem exceções ao princípio da publicidade.

28. [Direito Administrativo] Marque a alternativa correta de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa:

- a) a frustração à licitude de processo licitatório constitui ato de improbidade administrativa por lesão ao erário, sendo presumidos os prejuízos.
- b) em virtude da natureza cível da improbidade administrativa, não se aplicam os princípios do direito administrativo sancionador.
- c) em razão das alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, inexiste hipótese de modalidade



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

culposa de improbidade administrativa no ordenamento jurídico brasileiro.

d) as sanções por ato de improbidade administrativa devem ser aplicadas cumulativamente.

29. [Direito Administrativo] A respeito dos agentes públicos, é **INCORRETO** afirmar:

- a) o regime celetista é sempre inaplicável aos agentes públicos.
- b) os particulares que atuam em colaboração com o poder público exercendo função pública, ainda que em caráter temporário ou ocasional, são espécie de agentes públicos.
- c) os cargos em comissão, diferentemente das funções de confiança, podem ser exercidos por quem não esteja investido em cargo efetivo.

d) a contratação de servidores temporários, em caso de excepcional interesse público, constitui exceção à exigência de concurso público.

30. [Direito Administrativo] Assinale a alternativa correta:

- a) o tombamento não é uma forma de intervenção do Estado na propriedade.
- b) a requisição administrativa é modalidade de intervenção do Estado na propriedade que visa a solucionar situações de iminente perigo público, mediante a utilização de bens privados pelo ente estatal, ficando assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- c) a servidão administrativa é modalidade de servidão civil.
- d) a desapropriação de bens públicos somente é possível na modalidade de confisco.

Prova Discursiva de Direito

1. [Direito Penal] Sobre a prescrição penal, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em sessão virtual de 23/6/2023 a 30/6/2023, apreciando o tema 788 de repercussão geral, fixou, por unanimidade, a seguinte tese:

"O prazo para a prescrição da execução da pena concretamente aplicada somente começa a correr do dia em que a sentença condenatória transita em julgado para ambas as partes, momento em que nasce para o Estado a pretensão executória da pena, conforme interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal ao princípio da presunção de inocência (art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal) nas ADC 43, 44 e 54." Pergunta: referida tese contribui para uma persecução penal mais efetiva? Explique.